

EDUCAÇÃO

A CHAVE DA HISTÓRIA

> No aniversário de 50 anos da Faculdade de Educação, casos de violência em sala de aula repercutem no país e desafiam a formação de professores

SILVANA SÁ

silvana@adufrrj.org.br

Unidade acadêmica responsável pela formação de docentes dos ensinos fundamental e médio, a Faculdade de Educação da UFRJ chega ao jubileu de ouro preocupada com o destino da docência num contexto que combina a crise do ofício com a do país. “Nós formamos profissionais de excelência e trabalhamos com a valorização da carreira”, explica Maria Margarida Gomes, coordenadora das Licenciaturas da Faculdade de Educação.

Para celebrar os 50 anos e refletir sobre o destino do magistério no Brasil, a Faculdade preparou uma série de atividades, entre elas a exposição “Faculdade de Educação: 50 anos presente”. Para a diretora Carmen Teresa Gabriel, a comemoração resgata o sentido político da universidade pública e reforça a importância do trabalho coletivo. “Isso é fruto do trabalho de muitas cabeças e mãos”, afirmou.

As cerimônias de aniversário da Faculdade da Educação ocorreram na mesma semana em que um docente foi violentamente agredido por alunos



ANDRÉ HIPPERT

numa escola em Rio das Ostras. Thiago dos Santos, professor de Língua Portuguesa, foi humilhado, agredido e xingado. Na manhã do dia 19, o caso dele comoveu o Brasil quando as imagens da violência foram parar nas redes sociais. “A desvalorização dos professores, a ausência de um trabalho associado entre família e escola, a falta de investimento em educação, tudo isso somado desem-

boca naquelas cenas”, analisa Thiago em entrevista ao **Boletim da Adufrj**. Ainda muito magoado, ele conta que sofreu humilhações racistas. “Um dos alunos me mandou voltar à senzala”.

O drama de Thiago evidencia o desafio enfrentado por professores no Brasil e está intimamente relacionado com o contexto de intolerância que o país enfrenta. “Não podemos banalizar o que ele sofreu. O episódio é parte de um contexto social muito complexo”, analisa a coordenadora de licenciaturas da Faculdade de Educação. Para Maria Margarida, a violência é expressão da falta de investimento em educação. “Temos escolas sucateadas, depredadas. Faltam professores e materiais. Só com valorização dos professores é que teremos profissionais preparados para lidar com situações como a da violência em sala de aula”, pondera.

Levantamento feito pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico coloca o Brasil em primeiro no ranking de violência contra professores. Na pesquisa, 12,5% disseram ser vítimas de agressões verbais ou intimidação. A média entre os 34 países pesquisados é de 3,4%.

#UFRJé ZIRALDO

DOCTOR HONORIS CAUSA da UFRJ, Ziraldo sofreu um AVC no dia 26. A Adufrj se solidariza e homenageia um dos mais talentosos cartunistas brasileiros. Conhecido criador da “Turma do Pererê” e do “Menino Maluquinho”, Ziraldo pintou o painel “Última Ceia”, em 1967, que até hoje resiste nos escombros do Canecão.



ENTREVISTA | FLAVIO CARVALHAES PROFESSOR DO IFCS

EDUCAÇÃO SOZINHA NÃO GERA IGUALDADE

A Educação não é uma panaceia para a redução dos níveis de pobreza ou desigualdade no Brasil. Mesmo que fosse, seus resultados não seriam imediatos. A conclusão é de um estudo recente dos pesquisadores Marcelo Medeiros (Ipea, UnB), Rogério Barbosa (USP) e Flavio Carvalhaes, da UFRJ. “Mas isso não quer dizer que as políticas educacionais são irrelevantes. Pelo contrário”, apressa-se em dizer o professor Flavio, pesquisador do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais.

Qual é a novidade deste trabalho?

Nas pesquisas, é normal perguntar o que aconteceu. Este estudo tenta entender o que teria acontecido com os padrões de desigualdade e pobreza do país, se tivéssemos feito investimentos educacionais maciços na população. Como não podemos projetar o futuro, fomos para o passado, no qual sabemos qual era a população, a inflação, a taxa de mortalidade etc. Utilizamos os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e os Censos de 1991, 2000 e 2010 do IBGE.

Qual foi a metodologia?

Simulamos que todos os nascidos a partir de diferentes marcos temporais, começando por 1956, vão conquistar



KELVIN MELO

diferentes níveis de escolaridade. Do secundário completo até o doutorado. Como a renda não é afetada só por um diploma, buscamos controlar outras variáveis, como região de moradia, sexo ou grupo racial. Também simulamos quanto a economia precisa crescer para absorver um maior número de pessoas qualificadas. Mas, por exemplo, ao conceder no mínimo a educação secundária para todos os nascidos a partir de 1994, o

índice de Gini só teria caído dois pontos percentuais em relação ao registrado efetivamente em 2010.

Por que os índices de pobreza e desigualdade não caíram muito?

Há uma inércia demográfica. O impacto da política de expansão da educação é muito lento pela composição populacional anterior. Levaria décadas para expandir as habilidades de toda a força de trabalho do país. A taxa de desigualdade só começa a diminuir um pouco mais quando simulamos o máximo de escolarização ofertado desde muito tempo atrás.

O estudo é um banho de água fria nos que apostam na Educação como saída da crise?

A experiência internacional mostra que é muito difícil um país atingir um padrão de estrutura produtiva com intensidade tecnológica sem fazer investimentos na educação. Em uma perspectiva atenta à distribuição de oportunidades, a educação é o processo por excelência na superação de barreiras relacionadas às origens sociais do indivíduo, como região ou grupo racial. Só isso é motivo suficiente para que o investimento em Educação não seja relativizado.

CURSO DA ADFRJ ANALISA DESAFIO DA INDÚSTRIA

■ A produção industrial brasileira parou no tempo diante do desenvolvimento tecnológico e da inovação internacional. A observação foi feita pelo professor David Kupfer, diretor do Instituto de Economia, no dia 21, durante a quarta aula do curso “Interpretações sobre o Brasil Contemporâneo”. Promovido pela Adufrj, o ciclo de palestras ocorre duas vezes na semana, até 24 de outubro. Especialista em economia industrial, Kupfer mostra que os países avançam mudando sua estrutura produtiva. “Mas a brasileira está mais ou menos igual nos últimos 30 anos”, afirmou. Faltam planejamento, investimento em conhecimento e, sobretudo, “coesão

social” em torno de um projeto de nação sintonizado com o futuro. Para o docente, a experiência internacional mostra que os setores mais compatíveis com aumento da riqueza de um país são aqueles que agregam mais tecnologia: “O que traz desenvolvimento não é indústria, mas um tipo particular de modelo industrial”, destacou. “É a inovação que garante uma estrutura produtiva capaz de trazer movimento à economia, distribuição de riqueza e bem estar à população”. A chave para o desenvolvimento, para o docente, não está na matriz produtiva. E sim na estratégia industrial tecnológica. “Inovar não quer dizer trocar a indústria

têxtil pela indústria de celulares”, disse. “A tecnologia não está no produto, mas na natureza do processo produtivo. Eu posso ter uma indústria têxtil com conteúdo tecnológico elevado e uma indústria de celulares sem conteúdo tecnológico, o que a gente chama de maquiladora”. Na visão de Kupfer, “a retórica política já incorporou o conceito inovação”. Mas, na prática, prevalece uma “rigidez estrutural”, com setor ainda desorganizado e desaparecido. “Essas condições não vão surgir espontaneamente”, advertiu o docente. Enquanto isso, a indústria, que já representou mais de 20% do PIB, hoje atinge 12%. **(Elisa Monteiro)**

Temer impõe controle de ponto a docentes do CAP

KELVIN MELO

kelvin@adufrrj.org.br

Professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) serão submetidos ao registro de ponto obrigatório. A decisão foi imposta por Instrução Normativa, publicada pelo governo Temer dia 12. No caso da UFRJ, a medida atinge todos os que atuam no Colégio de Aplicação e mais quatro docentes da Escola de Educação Infantil. Na avaliação da assessoria jurídica do Andes, a norma fere a isonomia entre as carreiras do Magistério Federal, uma vez que os outros professores do ensino superior não estarão sujeitos ao controle de ponto. Para justificar a crítica, os advogados do Andes lembram o parecer de um procurador federal da Universidade de Santa Maria. De acordo com o documento, de 2012, os professores de EBTT exercem as mesmas funções do magistério superior, “inserindo-se, por analogia, a exclusão do registro de ponto”. Advogada da Adufrj, Ana Luisa Palmisciano reforçou o argumento: “A carreira



SILVANA SÁ

CAP: DOCENTES com direitos a menos

é idêntica. Os professores EBTT fazem ensino, pesquisa e extensão”, disse. A Instrução Normativa também estabelece regras para um banco de horas dos servidores, que seria um instrumento de gestão facultativo aos dirigentes. Para a assessoria jurídica do Andes, além de não existir regulamentação legal para a medida, o banco de horas pode ser uma

tentativa de eliminar o pagamento das horas extras, previsto no Regime Jurídico Único do funcionalismo federal. A pró-reitoria de Pessoal informou que está avaliando a Instrução Normativa. Vice-diretora do Colégio de Aplicação, a professora Graça Reis afirmou que a unidade também vai fazer uma análise da nova regra.

Em nota da assessoria, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) disse que não iria se manifestar sobre os questionamentos feitos pelo setor jurídico do Andes.

TERCEIRIZAÇÃO

No dia 21, o governo novamente atacou os servidores ao promulgar o Decreto 9.507/18. A norma regulamenta a terceirização na administração pública federal. Pelo menos por enquanto, as funções dos docentes federais foram excluídas da possibilidade de terceirização. Mas, em análise preliminar, a Assessoria Jurídica Nacional do Andes considera o decreto inconstitucional porque derruba a exigência de concursos públicos.

QUEBRAR PATENTE DE REMÉDIO DA HEPATITE C É VITAL

■ Uma doença que pode ser fatal e afeta cerca de 700 mil brasileiros acabou se tornando assunto do debate eleitoral: a hepatite C. Esta semana, a 21ª Vara da Justiça Federal em Brasília anulou, em decisão liminar, a patente do medicamento Sofosbuvir, usado para o tratamento da hepatite C. A hepatite C mata aproximadamente 3 mil pessoas por ano no Brasil. Os pacientes recebem tratamento gratuito pelo SUS. A patente foi concedida pelo Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (Inpi) à empresa farmacêutica norte-americana Gilead, apesar dos apelos contrários de Farmanguinhos. O labora-

tório da Fiocruz já havia obtido licença para fabricar o genérico do medicamento. Segundo dados do Ministério da Saúde, o preço do tratamento, que dura 84 dias, é de quase R\$ 30 mil. Com o genérico, cairia para R\$ 6 mil. Em sua decisão, o juiz Rolando Valcir Espanholo afirma que o SUS desembolsa cerca de R\$ 1 bilhão por ano com o tratamento da doença. A liminar de Espanholo atende a uma ação movida pela candidata Marina Silva, da Rede Sustentabilidade. O mérito da ação ainda será julgado. No debate da TV Aparecida, na semana passada, os candidatos Marina Silva (Rede) e Ciro Gomes (PDT) promete-

ram quebrar a patente de medicamentos usados para tratar doenças graves, entre elas a hepatite C. O Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, no Fundão, é um dos centros de referência para o tratamento de hepatite no estado do Rio de Janeiro. Coordenador do ambulatório de fígado do Clementino, o professor Jorge Segadas está preocupado com a situação dos pacientes e teme que o tratamento atrase por conta da polêmica com a patente. De acordo com o especialista, a hepatite C, se tratada corretamente, tem 95% de chance de cura – mas, sem tratamento, pode evoluir para cirrose e até mesmo levar à morte.

A estratégia do PT de manter a candidatura de Lula até o último momento foi acertada? Os petistas não deveriam abrir mão da candidatura e apoiar um candidato com maiores chances de vencer a extrema direita no segundo turno? Para responder as perguntas que inquietam os brasileiros na reta final do processo eleitoral, a newsletter **Adufrj nas Eleições** convidou o cientista político Ivo Coser, coordenador do Núcleo de Teoria Política da UFRJ. Já a reflexão sobre outro tema que atormenta os eleitores de Norte a Sul, a segurança pública, ficou por conta do sociólogo Michel Misse, um dos maiores especialistas do país no assunto. Boa leitura!

Artigo

IVO COSER

Cientista político e coordenador do Núcleo de Teoria Política da UFRJ

Se o PT abra-se mão da candidatura para apoiar Ciro, sofreria uma autofagia

Ainda não temos como avaliar se o Partido dos Trabalhadores acertou na tática de anunciar “tardiamente” o nome de Fernando Haddad como candidato à Presidência da República. Toda estratégia depende de seu resultado. Uma estratégia só é vitoriosa se, ao final, for bem sucedida. O Partido dos Trabalhadores agiu como um partido hegemônico procurando manter a predominância no campo eleitoral e ideológico que ele acha que é seu. Neste sentido, ele bloqueou a possibilidade de outras candidaturas concorrentes nesse campo. É claro que, do ponto de vista dessas candidaturas, fundamentalmente a de Ciro Gomes, a estratégia foi “sufocante”, podemos falar assim. O PT fez diversos acordos nos estados com o intuito de manter uma candidatura hegemônica à presidência.

Alguns apontam que se o PT não tivesse feito este movimento internamente – de lançar uma candidatura própria – e apoiasse um candidato que já tivesse se colocado, como o Ciro Gomes, que é de um campo bem próximo ao seu, o partido sofreria uma desagregação interna. Uma espécie de autofagia. Este é um cenário possível. Então, ele bloqueou

qualquer possibilidade de aliança com um “cabeça de chapa” externo.

O segundo ponto a ser analisado em relação à candidatura de Fernando Haddad é a capacidade de transferência de votos. Dilma Rousseff não herdou o percentual de votos que Lula teve em nenhuma das duas eleições, em nenhuma região do país, inclusive no Nordeste, que é considerada, ainda hoje, uma área onde o nome do Lula aparece com muita força. Então, é bastante provável que Haddad não chegue nem no patamar de Dilma no primeiro turno.

A ideia de manter Lula candidato, mesmo preso, apenas reforça certo “messianismo” que já existia. O “Lulismo” já era um fenômeno nacional desde a saída de Lula da Presidência da República. A dramaticidade da prisão, portanto, não o cria. Não há, aí, uma novidade. O que é uma novidade, num certo sentido, é que os adversários da candidatura do PT não levaram em conta a força do Lulismo em suas estratégias de campanha. Este fenômeno segue resistindo, a despeito de todos os resultados negativos do governo Dilma. É possível imaginar, também, que o PT não lançou antes outro nome porque sentia que qualquer pessoa seria bombardeada por inquéritos policiais, como foi o exemplo do Jaques Wagner.



ARQUIVO PESSOAL

Então, pode ter sido um mecanismo de defesa do partido: lançar o Lula, que já está preso, para ganhar tempo até a escolha do seu candidato definitivo.

Manter Lula candidato sinalizava que ocorreria uma substituição. Se pensarmos na imagem, em alguns momentos, o Haddad faz questão de aparecer com máscaras do Lula. A ideia é de sinalizar a “passagem de bastão”. Ele tinha que ser “ungido” na convenção do partido como vice do Lula para que essa transmissão ocorresse.

Entretanto, é importante assinalar um aspecto. Caso, Haddad e o PT desejem buscar um eleitorado de centro que lhes garanta uma vitória no segundo turno, Haddad terá que sinalizar que possui autonomia decisória. Que é capaz de tomar decisões sem consultar Lula, e, mais, revelar que possui opinião própria sobre assuntos relevantes. Em particular, que pensa e decide distintamente da presidente do partido. Este movimento de autonomia tem que ocorrer de maneira clara, mas sem romper com o Lulismo. Até porque não há chances de vitória fora dele. Há grandes possibilidades de que tal movimento lhe traga votos de setores que não desejam Bolsonaro e que pretendem votar nulo num segundo turno, mas que aceitariam votar num candidato do PT, que, no entanto, possua pensamento próprio. Sem dúvida que é um movimento complexo e delicado, mas que talvez ofereça a Haddad votos importantes.

Tanto Haddad como Bolsonaro precisam fazer política. Bolsonaro precisa convencer que não é o candidato do ódio, precisa apagar vídeos, declarações etc que tragam esta imagem. Uma ação que o stalinismo e as ditaduras em geral sabem fazer, reescrever o passado. Resta saber se os eleitores vão aceitar. Haddad precisa fazer um movimento que lhe garanta a força do lulismo e, que ao mesmo tempo, sinalize sua capacidade decisória.

Artigo

MICHEL MISSE

Professor titular do Departamento de Sociologia do IFCS-UFRJ e coordenador do Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana da UFRJ. Dirige desde 2012 a Editora UFRJ.



FERNANDO SOUZA

Intervenção: a repetição dos erros de sempre na segurança pública

Alguém me recordou recentemente uma irônica teoria do prof. Mario Henrique Simonsen. Essa teoria afirma que, no Brasil, pratica-se uma epistemologia da indução invertida (ou coisa que o valha). Segundo essa teoria, repete-se infinitamente, com as mesmas condições, uma experiência que sempre dá errado, na expectativa de que algum dia, quem sabe?, se evidencie que dará certo. Evidentemente o professor ironizava uma certa tendência de nossas elites a repetir escolhas que comprovadamente não funcionam, numa espécie de pragmatismo às avessas. Na área de segurança pública, contra todos os diagnósticos especialistas, a teoria da indução negativa vem sendo repetida *ad nauseam*.

Os jornalões desta semana noticiaram que o general Braga Netto, comandante da intervenção federal no Rio de Janeiro, informou que, sete meses após o seu início, estão sendo comprados 3.605 veículos, mais de 30 mil armas, um milhão de projéteis, 24 mil coletes à prova de balas, 7 mil equipamentos de proteção individual e 268 mil peças de uniformes para as polícias. Criticou, com razão, os emperramentos da lei das licitações (a célebre lei 8.666 – a besta do apocalipse!, outro exercício da teoria da indução negativa) que, segundo ele, explica o atraso no processo de aquisição dessa arsenal de guerra. Mas o general não explica por que é necessário investir cada vez mais em equipamentos que vêm sendo comprados, em inútil quantidade, há mais de meio século, sem que o enfrentamento da violência tenha alcançado resultados elogiáveis.

Curiosamente, a se crer nos dados, a



ANDRÉ HIPPERT

única coisa que deu razoavelmente certo na política de segurança pública no Rio de Janeiro neste meio século, foi a criação das chamadas UPPs. Com todas as críticas e problemas reconhecidos pelos especialistas, não foi o aumento do arsenal, mas a presença policial regular em algumas comunidades, junto com a política de metas de redução de homicídios, os responsáveis pela significativa redução dos homicídios e das mortes de civis e de policiais em suposto confronto entre 2009 e 2013. O fim programado das UPPs deveu-se à crise fiscal do Estado, mas, nas favelas, também aos erros repetidos de policiais dessas

áreas, entre os quais a tortura e morte de Amarildo, o nome do trabalhador que se transformou em símbolo do início do fim das UPPs.

A intervenção federal na área de segurança pública, uma inovação que preservou o governador eleito mas não o seu secretário de segurança chegou, como se sabe, sem projeto anterior, sem planejamento, sem nada. Um “abacaxi” para os militares que, cumprindo ordens emanadas de cima, atracaram na baía de Guanabara sem saber muito bem por onde começar. Havia expectativas positivas nas classes médias e expectativas, digamos, preocupadas, nos setores populares, entre cidadãos que ainda não se habituaram com as investidas militarizadas que duram também meio século em seus bairros, sem maiores resultados. O assassinato de Marielle Franco e de seu motorista Anderson Gomes assinalaram, desde o início, que a intervenção federal seria mais do mesmo.

A compra de todo esse arsenal, sem que se tenha alterado qualquer indicador de qualidade de gestão, sem qualquer alteração nas repetidas e inúteis operações policiais, que deixam mortos entre crianças e trabalhadores e um rastro de ódio entre os populares, o continuado aumento de homicídios, morte de civis e policiais, crimes violentos contra o patrimônio público e privado, expansão da atuação de milícias (agora inclusive contra pescadores na baía de Guanabara e na baía de Angra dos Reis) e a endêmica corrupção policial – tudo isso só vem comprovar a persistente crença na teoria da indução invertida, para glória de seu insigne formulador, o finado professor Simonsen. Que o eleitor pense nisso, antes de continuar a aplicar a mesma teoria nas urnas.

Supremo julga extinção do Ibram

LARISSA CAETANO

larissa@adufjr.org.br

O Partido Comunista do Brasil entrou com uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) contra a Medida Provisória 850, que substitui o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) pela Agência Brasileira de Museus. A ADI tramita no Supremo Tribunal Federal e foi apresentada no último dia 20.

O partido argumenta que a MP viola pontos cruciais da Constituição Federal, como a falta de consulta à comunidade científica especializada na área de museus; a troca de uma estrutura administrativa – que está em funcionamento – por um novo órgão público; e a proibição de movimentações de bens públicos em ano eleitoral.

“Não há qualquer demonstração de que o Instituto Brasileiro de Museus apresente comprometimento ou ineficiência grave a ensejar sua extinção”, diz trecho da argumentação do PCdoB.

O Ibram foi criado em 2009, no governo Lula, e coordena 30 museus em

todo o país. Em vídeo compartilhado nas redes sociais, a deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ) externa sua indignação: “O atual governo usou como justificativa o incêndio do Museu Nacional. Usou uma tragédia, que nós sentimos muito, para alterar uma autarquia brasileira para uma agência. É uma forma de possibilitar a privatização da gestão dos museus brasileiros”.

Para o diretor do Museu Nacional, Alexander Kellner, falta investimento e atenção para os órgãos públicos. “Nós achamos temerário extinguir um organismo que funciona normalmente. A impressão que a gente tem é que mais uma vez o Brasil está tentando inventar a roda, em vez de prestigiar aquilo que já temos”, diz. Ele critica a omissão sobretudo do governo federal com o patrimônio nacional. “Se o governo federal tivesse um pouco mais de carinho com suas instituições, tragédias seriam evitadas”, aponta.

Segundo o STF, o ministro Gilmar Mendes determinou que a Presidência da República preste informações no prazo de 10 dias sobre o tema.

JOÃO LAET



PRIMAVERA DOS MUSEUS

■ A Primavera dos Museus terminou em clima de verão no último domingo na Quinta da Boa Vista. Com exposições lotadas e participação ativa de professores, estudantes e técnicos do Museu Nacional, o evento, que contou com apoio da Adufrj, atraiu centenas de cariocas e entusiasmou crianças e adolescentes com estandes sobre dinossauros, arqueologia e biologia. “O Museu Vive. Não é só uma hashtag. O Museu está vivo mesmo, nas nossas atividades cotidianas. O Museu Vive toda vez que alguém interage com o conhecimento novo. Toda vez que uma criança vê algo com brilho nos olhos”, disse Matheus Ferreira, do Laboratório de Antropologia Biológica. A diretora da Adufrj, professora Tatiana Sampaio, ficou encantada: “Foi incrível. Foi um domingo de conhecimento”, disse.

TALISMÃ AS MAIORES JOIAS DO MUSEU SÃO AS PESSOAS

PAULO BUCKUP

Professor

Associado do

Museu Nacional



■ “A tragédia me afetou profundamente, é difícil avaliar o quanto”, conta Paulo Buckup, segundo personagem da série “Talismã”, publicada pelo **Boletim da Adufrj** para homenagear a comunidade do Museu Nacional. Professor da UFRJ há 24 anos, Buckup é bacharel em Ciências Biológicas – Zoologia pela UFRGS, mestre em Oceanografia Biológica pela UFRGS, doutor em Ciências Biológicas pela Universidade de Michigan, e tem pós-doutorado no *Field Museum*, em

Chicago, e na Academia de Ciências da Filadélfia.

Quando retornou ao Brasil, em 1994, teve de escolher entre trabalhar na UFRJ e na USP. “Optei pelo Museu Nacional, que tinha uma coleção importante e seria um grande desafio profissional”, conta.

Para ele, a dedicação dos pesquisadores merece destaque. “Essa perda tem influência sobre o significado de suas próprias vidas. A maioria dos meus

colegas tem uma dedicação tão ou mais importante ao trabalho do que à sua própria família”, afirma. “É surpreendente a resiliência e a capacidade de recuperação que possuem”, completa. Segundo Buckup, é importante que o Brasil invista na construção e reconstrução dos laboratórios. “Nós ainda temos a capacidade de produção acadêmica de elevada qualidade. Perdemos o passado e não podemos nos dar ao luxo de perder o futuro”. **(Kathlen Barbosa)**